



O planejamento do território popular em situações de conflito: temporalidades desconexas

Simone Aparecida Polli e Amíria Bezerra Brasil

Simone Aparecida POLLI 

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DEAAU) e Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública (PPG-PGP); simonep@utfpr.edu.br

Amíria Bezerra BRASIL 

Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Centro de Tecnologia; Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; amiria.brasil@ufrn.br

POLLI, Simone Aparecida; BRASIL, Amíria Bezerra. O planejamento do território popular em situações de conflito: temporalidades desconexas. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, e 694, jun. 2026

data de submissão: 20/04/2026

data de aceite: 15/06/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.694

Contribuição de autoria: Concepção; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: POLLI, S. A.; BRASIL, A. B. Análise: POLLI, S. A.

Conflitos de interesse: As autoras certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Planejamento e Assessoria em Contexto de Conflito: insumos para políticas públicas territoriais - 2023 - em andamento. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Uso de I.A.: As autoras certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e James Miyamoto.



Resumo

Este artigo discute o papel do tempo nas experiências de extensão vinculadas ao planejamento dos territórios populares em contexto de conflito, considerando a curricularização da extensão nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a partir de duas experiências: o Coletivo Habitat Popular (C-POP / LABHABITAT / Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN) e do Laboratório de Urbanismo e Paisagismo (LUPA / Universidade Federal Tecnológica do Paraná - UTFPR). A questão balizadora da investigação é: Como a multiplicidade dos tempos pode impactar na forma e nos métodos do planejamento nas práticas de assessoria popular em situação de conflito por meio da extensão universitária? O tempo cronológico/acadêmico/universitário tem sido um dos principais desafios ao lidar com a assessoria técnica extensionista, especialmente quando ela acontece a partir da curricularização, sem as condições humanas e materiais necessárias. As experiências mostram como o tempo exerce o papel de controle e regulação nas práticas cotidianas, bem como, por outro lado, as possibilidades estratégicas e táticas que o "ganhar tempo" podem implicar em situações de contexto de conflito. De forma mais ampla, aponta-se a necessidade da desnaturalização do tempo cronológico bem como a valorização da dimensão do presente sem perder de vista o devir/esperança.

Palavras-chave: temporalidades; curricularização da extensão; planejamento popular em situações de conflito; assessoria técnica; habitação social.

Abstract

This article discusses the role of time in extension practices related to the planning of popular territories in conflict contexts, considering the curricularization of extension in Architecture and Urbanism undergraduate courses, based on two experiences: the Coletivo Habitat Popular (C-POP / LABHABITAT / Federal University of Rio Grande do Norte - UFRN) and the Laboratório de Urbanismo e Paisagismo (LUPA / Federal Technological University of Paraná - UTFPR). The guiding question of the investigation is: how can the multiplicity of times impact form and methods of planning in popular assistance practices in conflict situations through university extension? Chronological/academic/university time has been one of the main challenges when dealing with extension technical assistance, especially when it occurs through curricularization, without the necessary human and material conditions. Experiences have shown how time plays a role in controlling and regulating daily practices, as well as, on the other hand, the strategic and tactical possibilities that "saving time" can imply in conflict situations. More broadly, it indicates the need to denaturalize chronological time and to value the dimension of the present without losing sight of the future/hope.

Keywords: temporalities; curricularization of extension; popular planning in conflict situations; technical assistance; social housing.

Resumen

Este artículo discute el papel del tiempo en las experiencias de extensión vinculadas a la planificación de los territorios populares en contexto de conflicto, considerando la curricularización de la extensión en los cursos de grado en Arquitectura y Urbanismo, a partir de dos experiencias: el Coletivo Habitat Popular (C-POP / LABHABITAT / Universidad Federal de Rio Grande do Norte - UFRN) y el Laboratorio de Urbanismo y Paisajismo (LUPA / Universidad Federal Tecnológica de Paraná - UTFPR). La cuestión orientadora de la investigación es: ¿Cómo puede la multiplicidad de los tiempos impactar en la forma y en los métodos de planificación en las prácticas de asesoría popular en situación de conflic-

to por medio de la extensión universitaria? El tiempo cronológico/académico/universitario ha sido uno de los principales desafíos al tratar con la asesoría técnica extensionista, especialmente cuando ocurre a partir de la curricularización, sin las condiciones humanas y materiales necesarias. Las experiencias muestran cómo el tiempo ejerce el papel de control y regulación en las prácticas cotidianas, así como, por otro lado, las posibilidades estratégicas y tácticas que "ganar tiempo" puede implicar en situaciones de contexto de conflicto. De forma más amplia, se señala la necesidad de desnaturalizar el tiempo cronológico, así como la valorización de la dimensión del presente sin perder de vista el devenir/esperanzar.
Palabras-clave: temporalidades; curricularización de la extensión; planificación popular en situaciones de conflicto; asesoría técnica; vivienda social.

Introdução

Esse artigo parte da experiência das autoras com extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo em duas universidades distintas: a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Também apoia-se nas pesquisas denominadas "Planejamento e Assessoria Popular em Conflitos Urbanos e Territoriais no Brasil" e "Planejamento e Assessoria em Contexto de Conflito: insumos para políticas públicas territoriais", financiadas pelo CNPQ, das quais participam também pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade do Ceará (UFC) e Universidade de São Paulo (USP).

O artigo trabalha com o pressuposto de que o planejamento estatal, entendido como a materialização da ação da esfera pública na mediação entre os agentes que disputam a cidade, não tem dado conta da construção de uma cidade mais justa e na redução das desigualdades sociais. A frase cunhada por Francisco de Oliveira, a partir da expressão de Roberto Schwarz (1973) e usada por Ermínia Maricato (2000) das "ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias" ao falar do planejamento urbano no Brasil, aponta para os deslocamentos e desconexões entre o planejamento institucional, feito pelo Estado, e a realidade socioespacial das cidades. O planejamento urbano instituído, especialmente atrelado aos interesses dos grupos hegemônicos, negligencia os anseios e necessidades dos cidadãos e deixa de garantir direitos coletivos. Como consequência, emergem grupos sociais que desafiam esta lógica e são forçados a buscar formas de se emancipar e garantir seus direitos e sua representatividade na produção da cidade e nas políticas públicas.

Desde os anos 1970, experiências nacionais e internacionais de assessoria técnica e de planejamento popular, insurgente ou alternativo, em situação de conflito social no Brasil foram acionadas como repertório de ação política em conflitos territoriais o que têm questionado as formas tradicionais de se planejar o território. Neste artigo, a definição do planejamento conflitual aproxima-se ao do planejamento insurgente de Faranak Miraftab (2009) com três características básicas: (i) as práticas insurgentes, contra e anti hegemônicas (sentido de desestabilizar uma ordem normativa estabelecida, anticapitalistas), (ii) transgressivas (transgressão de tempo, lugar e ação) e (iii) imaginativas (descolonização do futuro). No caso do planejamento conflitual, ações, métodos e resultados são guiados pela emergência dos casos devido a remoções, megaeventos ou processos de renovação urbana.

Os tempos e os ritmos específicos dos processos de planejamento produzidos fora do Estado em sua imersão nos conflitos sociais é o que justifica a noção de planejamento conflitual, nos referindo aos casos emergenciais e à própria natureza do conflito. Os conflitos são definidos

como confrontos ou litígios, manifestos ou não, relativos às condições de vida urbana, que reivindicuem reconhecimento ou incidam sobre a produção e/ou consumo da cidade, opondo pelo menos dois agentes sociais. (Faria; Polli; Russo, 2020, p. 4-5)

Cabe diferenciar que a emergência da situação condiciona o método de elaboração, protagonismo dos sujeitos da ação, conflitos internos e repertórios acionados. Uma situação é trabalhar com um plano para a Vila autódromo (ameaçada de remoção pelos jogos olímpicos no Rio de Janeiro); ou mesmo a reconstrução de um assentamento pós incêndio; e, outra bem distinta são os planos produzidos pelos moradores, com recursos, numa situação em que estão muito menos pressionados pela emergência, com metodologia, apoiadores, tempo e o cuidado devido. Norbert Elias (1998), dentre outros, aponta que o tempo cumpre várias funções na regulação e controle da ação social e da política dentro da cidade. Múltiplas camadas de temporalidades enfatizam que as lutas urbanas e processos sociais se desdobram em diferentes ritmos ou mesmo na falta deles, em tempos precários.

Desta forma, a pergunta orientadora do artigo é: Como a multiplicidade dos tempos pode impactar na forma e nos métodos da assessoria técnica para o planejamento popular em situações de conflito por meio da

extensão universitária? E como a extensão universitária pode contribuir para o planejamento do território popular em situações de conflito a partir de experiências de assessoria técnica, considerando o contexto da curricularização da extensão?

O artigo estrutura-se, a partir de duas reflexões: (i) o que significa extensão nas universidades públicas brasileiras, tratando em especial os casos de assessoria técnica, seus produtos e trabalhos no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e (ii) os desafios da extensão universitária, em especial as dimensões da temporalidade inscritas na ação comunitária. Pretende-se olhar como essas dimensões aparecem nos casos concretos de assessoria popular por meio da extensão universitária na UTFPR e UFRN. E por fim, analisar os entrelaçamentos entre os casos, suas conexões e desconexões, visando inserir a temporalidade como uma dimensão importante ao pensar a extensão universitária.

1. Ao falar de extensão universitária, a que nos referimos?

Em 2018, a partir da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE, meta 12.7, regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018) (Brasil, 2014; 2018), tornou-se obrigatório que os currículos dos cursos de graduação ofertassem 10% de carga horária de extensão universitária em relação às horas totais do curso e, para tanto, passassem por uma revisão de seus projetos pedagógicos de cursos, processo intitulado curricularização da extensão. O contexto que permeou essa mudança na grade curricular dos cursos de graduação era de precarização das universidades públicas, principalmente durante o governo de Jair Bolsonaro, em que as universidades receberam muito poucos recursos, que foram investidos basicamente no pagamento das despesas básicas de energia, água e segurança. Somou-se a isso a pandemia da COVID-19 e a impossibilidade de desenvolvimento de trabalho de campo, devido às medidas de saúde pública.

Nas universidades brasileiras, a compreensão do que é extensão é bastante variável, então, apesar da Lei Nacional e da Resolução do CNE, cada universidade definiu seu escopo de possibilidades para as atividades extensionistas, que variavam desde ações assistencialistas, ou prestação de serviços da universidade, até ações com dimensão transformadora. Aqui apresentamos experiências que cabem nessa última abordagem, numa perspectiva emancipadora, crítica e em situações de conflito.

Os currículos universitários nos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil estão sobrecarregados de projetos arquitetônicos formais, de grande porte, voltados ao mercado, sendo uma disputa a concepção de novas alternativas que se aproximem das demandas populares. No momento de inserção da curricularização da extensão, no novo Projeto Pedagógico dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo (UTFPR e UFRN), ampliaram-se a oferta e demanda por extensão, não necessariamente com mais qualidade. A inserção foi obrigatória, sem necessariamente envolver a disponibilização de recursos para suporte aos projetos. Isso fez com que qualquer atividade externa fosse contemplada como atividade de extensão universitária, como por exemplo, equipes de concurso, viagens de formação, visitas de campo, entre outras, pois não há professores e nem recursos suficientes para as atividades demandadas.

Neste artigo, o escopo de trabalho extensionista se dá a partir da assessoria técnica em territórios periféricos, e busca colaborar em todos os âmbitos, especialmente na organização comunitária na luta por direitos de terra e de condições dignas de moradia. Essas atividades permitem maior liberdade e criatividade nas práticas de ensino e extensão, testando novas metodologias, como é o caso do emprego do método da "educação popular", preconizado por Paulo Freire (2020). Para tanto, as atividades envolvem uma gama ampla de ações: (i) Discussão, organização e mobilização popular; (ii) Oficinas de mapeamento; (iii) Reuniões com agentes públicos; (iv) Registro e memória das atividades e lutas futuras; (v) Promoção de ações de engajamento social e legitimidade pública (das pautas); (vi) Busca por saídas/alternativas consensuadas; (vii) Audiências de conciliação; (viii) Resposta a processos judiciais; (viii) Projetos de novas obras, reformas e orçamentos.

Os grupos aqui apresentados têm desenvolvido assessoria técnica para coletivos comunitários ou movimentos populares, que planejam seus próprios territórios quando em situações de conflito, a partir de diversas ferramentas, sejam de resistência às tentativas de remoção, sejam de qualificação urbana ou rural. Esses conflitos por vezes são promovidos pelo próprio Estado, em projetos "de cima para baixo", outros se dão a partir de entes privados, especuladores imobiliários ou fundiários, e em outros casos, são provocados pelos próprios movimentos sociais, na tentativa de abrir espaços de diálogo com o poder público: espaços tomados (Tanaka, 2017).

Dentre essas ferramentas estão: planos populares, cartografias sociais, estudos de viabilidade, contra-laudos etc. Entretanto, há muitos desafios que se colocam, em especial quando a assessoria técnica se dá a partir da universidade, e aqui nos colocamos como parte da universidade pública.

Apresentaremos, então, alguns desses desafios a partir das experiências da UTFPR e da UFRN, e desenvolveremos uma reflexão acerca de como o tempo e suas diversas dimensões interferem ou influenciam essas experiências.

2. Desafios da assessoria por meio da extensão universitária: o debate das temporalidades

A reflexão proposta neste artigo parte do princípio de que o tempo impacta na relação entre a universidade e os grupos mobilizados, interferindo nos métodos, nas formas, nos resultados, na mobilização dos grupos e nas práticas sociais.

O (Quadro 1) apresenta alguns autores que colaboram no sentido de desnaturalizar as formas tradicionais de pensar o tempo no Ocidente. E. Evans-Pritchard, na obra "Os Nuer" (1999), escrita em 1940, questiona a universalidade do tempo "moderno" (linear, cronológico) e abre caminhos para pensar temporalidades múltiplas, algo que dialoga diretamente com autores como Norbert Elias (1998) e David Harvey (1996). Evans-Pritchard (1999) revoluciona a forma de interpretar as temporalidades e a ação social, quando a noção de tempo (estrutural e ecológico), é interpretada pelo grupo étnico do Sudão do Sul, como o tempo da prática (e não como medida); o tempo é marcado por atividades concretas; unidades temporais são sequências de ações. Os eventos não são datados por "quando ocorreram", mas por como se conectam socialmente. Assim, o tempo é, nas práticas da vida cotidiana, experiencial, situado, qualitativo e concreto. Esse tipo de tempo nos faz desconstruir as formas tradicionais de pensar e nos coloca que novos imaginários são possíveis. O desafio é a construção nesta outra interpretação de tempo no capitalismo globalizado e nos regimes universitários hierarquicamente constituídos.

Norbert Elias, em sua obra "Sobre o Tempo" (1998), apresenta uma visão sociológica do tempo, afastando-se das concepções puramente objetivistas e da forma convencional de como entende-se o tempo. Para o autor, o tempo é entendido enquanto uma convenção histórica (sequências-modelo de recorrência regular);

uma tecnologia social; um sistema simbólico; um mecanismo de coordenação (disciplina); um dispositivo de poder e controle. Elias (1998) argumenta que a crescente racionalização e controle do tempo são parte do processo civilizador, que também envolve a internalização de normas e a moderação das emoções. Assim, o tempo cumpre funções de orientação e controle do homem diante do mundo e de regulação da convivência humana.

Elias (1998) assim como David Harvey (1996), em "A Condição Pós-Moderna", apontam que o tempo é uma coordenação interligada com múltiplas espacialidades. Essa ideia é melhor desenvolvida por Harvey (1996), ao falar da compressão tempo-espço e o seu papel na atualidade, para além da aceleração do tempo, mas das mudanças provocadas pelo capitalismo contemporâneo.

Eixo temático	Autores-chave	Ideias centrais	Impactos na extensão universitária
Tempo estrutural	E. E. Evans-Pritchard (Os Nuer, 1999)	Rompe com a ideia ocidental de tempo abstrato, homogêneo e mensurável. Tempo socialmente construído, ligado à organização da sociedade; relacional; Baseia-se nas relações de parentesco e gerações. Tempo como prática (e não como medida); o tempo é marcado por atividades concretas; unidades temporais são sequências de ações. Os eventos não são datados por "quando ocorreram", mas por como se conectam socialmente.	Desnaturalizar as formas tradicionais de pensar o tempo; revoluciona a forma de interpretar a ação social quando do tempo experiencial, situado, qualitativo e concreto. Desafio é a construção nesta outra interpretação de tempo no capitalismo globalizado e nos regimes universitários.
Tempo ecológico	E. E. Evans-Pritchard (Os Nuer, 1999)	Medido pelos eventos naturais recorrentes e pelas práticas da vida cotidiana, o tempo é qualitativo e vivido. Depende de uma relação direta com o ambiente. Tempo é situado (depende do ambiente ecológico, da posição social, práticas).	
Tempo (cronológico na modernidade)	Norbert Elias (Sobre o Tempo, 1998)	Questiona a forma convencional como entendemos o tempo apontando que o tempo não é linear, homogêneo, universalizante. Apon-ta que o tempo é construído dentro de um processo civilizador; Tempo = coordenação simbólica de múltiplas espacialidades (imbricadas; relacionais); Tempo é uma convenção histórica (sequências-modelo de recorrência regular); uma tecnologia social; um sistema simbólico; um mecanismo de coordenação (disciplina); um dispositivo de poder e controle.	Os trabalhos são normatizados pelos tempos cronológicos; impacto na participação social; cartografia da ação; nos processos e nos resultados das atividades.
Tempo na pós modernidade	David Harvey (A Condição Pós-Moderna, 1996)	Compressão tempo-espço, aumento do ritmo de vida e das mudanças sociais impulsionado pela tecnologia e pelas transformações econômicas e sociais. Vai além da simples aceleração do tempo, mas de entender as mudanças no capitalismo contemporâneo.	Múltiplas temporalidades coexistentes; redução das formas de interação e democratização; tempo dos financiamentos; Desafia a ação genuinamente democrática pois as transformações emergentes superam a capacidade de deliberação coletiva.

Quadro 1

Sistematização dos autores trabalhados neste artigo, suas ideias sobre o tempo e impactos na reflexão acerca da extensão universitária. Fontes: Evans-Pritchard (1999); Elias (1998); Harvey (1996).

Milton Santos (2004b) também fala do tempo no mundo globalizado. O ritmo das transformações impostas pela globalização tem afetado os territórios menos móveis de forma perversa e desigual, construindo também imaginários de progresso. Santos (2004b) propõe, para isso, uma outra globalização: o mundo como pode ser, mediante uma globalização mais humana. O autor aponta que não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos obtidos no fim de século XX reduziram drasticamente as doenças e a mortalidade. Novos meios de comunicação e a possibilidade de apropriação mais democrática desses meios pode ser um caminho viável. O tempo que estamos analisando está inscrito no espaço por meio das ações sociais coletivas, apoiadas pelos trabalhos de assessoria técnica universitária.

O planejamento, apesar de ser frequentemente tratado como uma cartografia de intervenções espaciais, constitui-se também numa disciplina temporal (Laurian; Inch, 2018). O tempo não é apenas um pano de fundo, mas persiste na prática planejadora. O ato de planejar consiste no exercício de escolher estrategicamente um fluxo temporal (curto, médio e longo prazo), especialmente nas decisões de planejamento, por vezes traçando cenários futuros, muitas vezes incertos. Ao reconhecer e trabalhar com a multiplicidade de temporalidades que atravessam a vida urbana, o planejamento pode contribuir para reconfigurar a forma como o tempo é experimentado, distribuído e governado.

Entende-se, também, que o tempo pode se constituir em uma dimensão importante do reconhecimento do momento e do tempo histórico; da memória; da mudança; da identidade; do significado; da organização; do livre-arbítrio; da escolha; da resistência em direção a objetivos (Laurian; Inch, 2018).

Na reflexão sobre o tempo, o planejamento, apesar de se configurar por uma prática que pensa, prepara e trata do futuro, no contexto conflitual lida com o presente, com as urgências e, portanto, resulta em respostas possíveis, utilizando-se de ferramentas diversas a depender de cada caso.

Nesse contexto, o Quadro 2, a seguir procura sistematizar de forma rápida os impactos das diferentes dimensões do tempo no processo de assessoria popular no planejamento conflitual, na relação das ações da universidade com os grupos organizados ou movimentos populares:

Dimensões do Tempo	Tempo e a relação com a ação social	Impacto nas atividades extensionistas
Tempo histórico	Como o contexto universitário, político e econômico tem influenciado no avanço das lutas sociais e nas ações de extensão?	Os impactos são múltiplos, desde a disponibilidade de recursos financeiros e humanos até mesmo das formas de resistência dos grupos e movimentos organizados; A mudança no contexto político (por exemplo) pode significar uma ameaça ou oportunidade dos movimentos e lideranças, adaptando suas ações a essa diversidade de situações.
	Como a trajetória de resistência popular influencia nas ações sociais?	A história de luta e resistência é importante para as conquistas e para a consolidação de reivindicações à longo prazo; (ganhar tempo pode ser uma estratégia de luta social); linhas do tempo são repertórios importantes que valorizam as lutas populares; Ex: ("uma vida de resistência").
Tempo das Narrativas e da Memória	O tempo está inscrito no espaço, por meio das rugosidades (Santos, 2004a); pelo homem lento (Santos, 2004a); pelas narrativas e memórias.	Oralidade e as narrativas como método de construir permanências; o legado de gerações passadas pode inspirar futuras ações; o abrir o "precedente" num processo jurídico; o legado pode moldar a memória coletiva e as narrativas históricas.
O tempo presentificado: o Cotidiano	Como o apagamento cotidiano, o ritmo cotidiano (Lefebvre, 2021), a invisibilidade nos mapas, a negação e apatia do Estado impactam nas lutas sociais?	Métodos tradicionais de planejar alimentam a mobilização/e ou conformismo devido às lógicas da necessidade/fadiga; manter a coesão e a motivação durante períodos prolongados pode ser desafiador, ainda mais em contexto de repressão ou adversidade.
Tempo condensado – emergência	Como o planejamento popular se comporta ao ser guiado pelas urgências? Quais os métodos e práticas que surgem em momentos de exceção?	Por vezes servem para justificar ações truculentas, repressivas por parte do Estado; impulsionam métodos alternativos nas ações comunitárias e dentro da universidade.
Tempo do Devir-Esperançar	Como o devir (o esperar) nutre as ações do planejamento popular?	Alimenta a resistência; a mobilização; capacidade de sonhar/pensar novos futuros possíveis; alimenta no presente a ideia de um devir futuro diferente, renovado e melhor. É uma capacidade inerente aos seres humanos (Harvey, 2004).
O tempo idealizado	Como o tempo planejado é impactado pelo acaso e pelos imprevistos?	O planejamento popular se assemelha a uma corrida de obstáculos, muitas delas infundáveis. Nem tudo o que é planejado nos processos de extensão consegue ser executado, pois o direcionamento político e as condições estruturais podem variar ao longo do tempo.

Quadro 2

As dimensões do tempo, a ação social e o impacto nas atividades extensionistas. Fonte: autoral.

Os impactos das dimensões do tempo na extensão universitária são muito e variáveis. O trabalho com grupos marginalizados requer uma dinâmica de adequação de metodologias e ferramentas, de acordo com o tempo com o qual se está lidando. A emergência é uma categoria importante nesses trabalhos, pois deriva das necessidades básicas e termina-se idealizando o tempo de acordo com cada urgência.

3. Metodologia

Quanto a fundamentação teórica, buscou-se uma pesquisa bibliográfica crítica sobre o tempo e temporalidades, que abordasse a relação do tempo associado com o espaço, a desconstrução da forma linear ou objetivista da noção de tempo e os impactos do tempo nas atividades extensionistas.

Quanto a natureza da pesquisa é aplicada, pois visa resolver um problema prático correlacionando as lutas populares com a assessoria técnica extensionista em contexto de conflito social. A abordagem do problema é qualitativo pois discute a trajetória dos encontros e desencontros das experiências de extensão universitária com as múltiplas temporalidades. Quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória, pois o tema das temporalidades associado ao espaço ainda é pouco abordado nas pesquisas acadêmicas. Quanto ao método de abordagem tratam-se de dois estudos de caso. Escolheram-se duas experiências extensionistas das quais fazem parte as autoras. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, foram trabalhados os observações participantes e pesquisa-ação (THIOLLENT, 2005) por investigarmos práticas desenvolvidas pelas próprias autoras em casos de planejamento conflitual a partir dos grupos extensionistas coordenados por elas. Quanto aos critérios/categorias de análise, destacam-se: (i) vinculação da extensão universitária com movimentos ou grupos organizados; (ii) descrição das reivindicações, os avanços e retrocessos; (iii) principais desafios das lutas populares; (iv) trajetória das lutas destacando as diversas fases, os marcos/momentos significativos das lutas; (v) relação com o estado e as políticas públicas.

Buscou-se ainda construir as trajetórias de lutas das experiências de extensão, destacando momentos chaves, marcos, tempos que tiveram alguma inflexão, com o objetivo de representar graficamente as temporalidades desconexas, os avanços e retrocessos ao longo percurso. Acredita-se que os processos históricos iluminam a realidade atual, permitindo compreender tanto as conquistas quanto os desafios que permanecem. Ao recuperar as experiências de resistência, mobilização e participação social, torna-se possível interpretar criticamente o presente e projetar caminhos para transformações futuras.

A reflexão apresentada neste artigo está inserida nas pesquisas anteriormente citadas que trabalham com análises multicase de experiências de assessoria técnica desenvolvidas no Brasil e em alguns países da

América Latina e Estados Unidos (Oliveira, 2025). A seguir, apresentaremos duas dessas experiências e como temos lidado com as dimensões temporais, de acordo com cada caso.

4. Casos de assessoria técnica popular extensionista

O caso do LUPA/UTFPR

O LUPA - Laboratório de Urbanismo, Planejamento e Paisagem foi criado em 2012 e está vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UTFPR. Agrega os projetos de pesquisa e extensão universitária na área da ATHIS – Assessoria Técnica de Habitação de Interesse Social, trabalhando em conjunto como assessoria a grupos e movimentos populares organizados.

Esse artigo dará centralidade à assessoria feita às mulheres separadoras de materiais recicláveis, parte Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), as quais moram numa ocupação informal chamada de “Ilha”, em Almirante Tamandaré, município da Região Metropolitana de Curitiba. A área fica às margens do Rio Barigui, a montante do conhecido Parque Barigui. Durante os quase 13 anos de acompanhamento, diversas frentes de extensão universitária se constituíram e foram mudando o foco, conforme as demandas e urgências cotidianas do grupo.

A relação com os/as trabalhadores/as da “Associação de Catadores de Material Reciclável Ilha”, ocorreu por intermédio do CEFURIA, entidade que trabalha com educação popular a partir dos princípios de Paulo Freire. O grupo do LUPA foi contactado em 2013, quando os moradores da Ilha foram ambientalmente criminalizados pelo Instituto Ambiental do Paraná (2010), por separarem o material reciclado em suas casas, às margens do Rio Barigui. A sentença obrigava a pagar multas diárias. Nesta época, tinham o apoio jurídico da ONG Terra de Direitos.

Nesta fase, acirraram-se também as lutas por permanência na área. Em 2014, o projeto acordado foi o da regularização fundiária, para compreender em que medida as normas ou as ameaças constituíam impeditivos para permanência no território. Depois de um grande tempo garimpando informações, mapas e documentos técnicos sobre as cotas de inundação e outras alternativas, chegou-se à conclusão que levar adiante a ideia da regularização não era viável, pois as casas estão em Área de Preservação Permanente

(APP) e dentro das cotas oficiais de inundação (segundo os levantamentos formais e antigos existentes), e se rigidamente tratadas, poderiam sofrer com processos de remoção, apesar dos 35 anos de ocupação da área. Outro fator é que a área está bem localizada, na porção norte de Curitiba, a cerca de 10 km do centro, em uma área de expansão e valorização imobiliária, por condomínios fechados horizontais de luxo.

Outro fator são as inundações, que seguem uma recorrência em torno de quinze anos, mas, ultimamente, têm variado muito. No tempo das chuvas, especialmente no verão, a rotina das mulheres muda completamente. Em dois períodos de eventos extremos, as mulheres foram se abrigar temporariamente no barracão abandonado, que elas mesmas ocuparam para trabalhar na reciclagem. Moradia e trabalho se misturam em meio aos detritos, condições precárias e insalubres, resíduos de reciclagem, pois perderam suas casas e pertences nas cheias do rio. E, assim, se configuram estratégias de recomeço, de enfrentamento dos riscos de novas inundações (subir os móveis do chão, medidas de alerta no rio, pluviômetro) (Lemos, *et al.*, 2015).

As políticas públicas não oferecem alternativas habitacionais adequadas às necessidades do grupo. Inicialmente, procurou-se acessar o MCMV-E, mas este logo foi extinto pelo governo Temer (2016). Então, permanecer na situação atual, conviver com os riscos de inundação, foi alternativa proposta pelos moradores como menos penosa. Mesmo quando existem políticas públicas, elas não se adequam e não acompanham de forma integrada no território as demandas populares por moradia, saúde e renda (Fonte: Tanaka, Coli e Costa, 2023).

Neste período, tinha-se também a necessidade de geração de renda, que as famílias obtinham a partir da reciclagem. Elas reclamavam da baixa qualidade do material coletado pela Prefeitura e descobriram que os garis da empresa terceirizada da prefeitura já subtraíam os resíduos de maior valor. Foi quando a Tecsol – Incubadora de Economia Solidária da UTFPR assumiu as frentes dos trabalhos com as atividades de organização com as mulheres, que haviam ocupado um barracão de uma massa falida. A busca por geração de renda foi cruzada com atuação do Ministério Público do Meio Ambiente e das Secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré (PMAT), que tinham condições de atuar mais fortemente, por meio do direcionamento das políticas públicas. A Prefeitura procurou desapro-

priar o barracão ocupado sem sucesso. A PMAT ofereceu, como alternativa para a reciclagem, que não foi a mais adequada para as mulheres, a construção de um novo barracão de reciclagem, que fica distante do local de moradia.

Outra fase emergencial na vila foi o período da pandemia; os projetos de extensão concentraram-se em arrecadar alimentos, remédios e aprimorar as técnicas de cuidado, exigidos pelo momento. Antes da vacina, as trabalhadoras perderam a renda que tinham, pois foram obrigadas a parar com a reciclagem.

Após ventos fortes na região, houve a morte de um dos integrantes da associação, durante uma tentativa de arrumar o telhado. Este momento de muita tristeza mobilizou o grupo para a execução de bazares, para arrecadar fundos para a troca de telhas e a reforma do banheiro precário do barracão ocupado. Foram captados recursos, por meio de editais sociais da cúria metropolitana para a reforma do barracão, que não oferecia a rigidez do título de propriedade para as reformas.

Apenas em 2021, as negociações com a PMAT avançaram, com o indicativo de construção de novo barracão de reciclagem. As atividades extensionistas se concentraram em colaborar no diálogo entre moradores e órgãos públicos, participação em audiências e na elaboração dos estudos preliminares, para o novo barracão de reciclagem. Estratégias de organização, mobilização e reivindicação de políticas públicas fizeram parte deste processo, em mais de dez anos de luta, em torno de uma solução que não foi a que mais atendeu a associação. A espacialização desses eventos encontra-se na Figura 1.

A seguir, destacam-se as ações de extensão promovidas pelo LUPA/UTFPR, que nos permite analisar os entrelaçamentos entre as atividades desenvolvidas e a trajetória do grupo assessorado. A linha do tempo (Figura 2) evidencia momentos marcantes da trajetória coletiva da Associação Ilha, revelando tanto conquistas quanto adversidades que moldaram seu processo de organização e resistência. Entre os acontecimentos mais significativos destacam-se: a ocupação do barracão destinado às atividades de reciclagem; as prolongadas negociações em torno da desapropriação do barracão pertencente à massa falida; a morte acidental de um integrante da Associação; as recorrentes inundações que atingem a vila; os desafios impostos à sobrevivência cotidiana durante a pandemia de Covid-19; a elaboração de planos municipais que pouco



Figura 1
Espacialização dos eventos em Almirante Tamandaré/Região Metropolitana de Curitiba
Fonte: Autoras, 2026.

se converteram em ações concretas para os moradores; e, por fim, a conquista de um novo espaço de reciclagem. Mais do que uma sucessão cronológica de eventos, essa trajetória revela um cotidiano atravessado por disputas, incertezas e sucessivas formas de vulnerabilização, mas também por estratégias permanentes de mobilização em defesa do direito à moradia, ao trabalho e à permanência no território. Ao iluminar os diferentes momentos dessa caminhada, a linha do tempo torna visíveis os sujeitos que a constroem, os afetos, as perdas, os desafios e as conquistas que conformam a experiência coletiva. Trata-se de uma trajetória marcada por obstáculos contínuos, enfrentados frequentemente com recursos limitados e escasso apoio institucional, mas sustentada pela persistência da organização e, de modo particular, pelo protagonismo das mulheres, cuja atuação tem sido fundamental para a manutenção das redes de solidariedade e para a continuidade da luta coletiva.

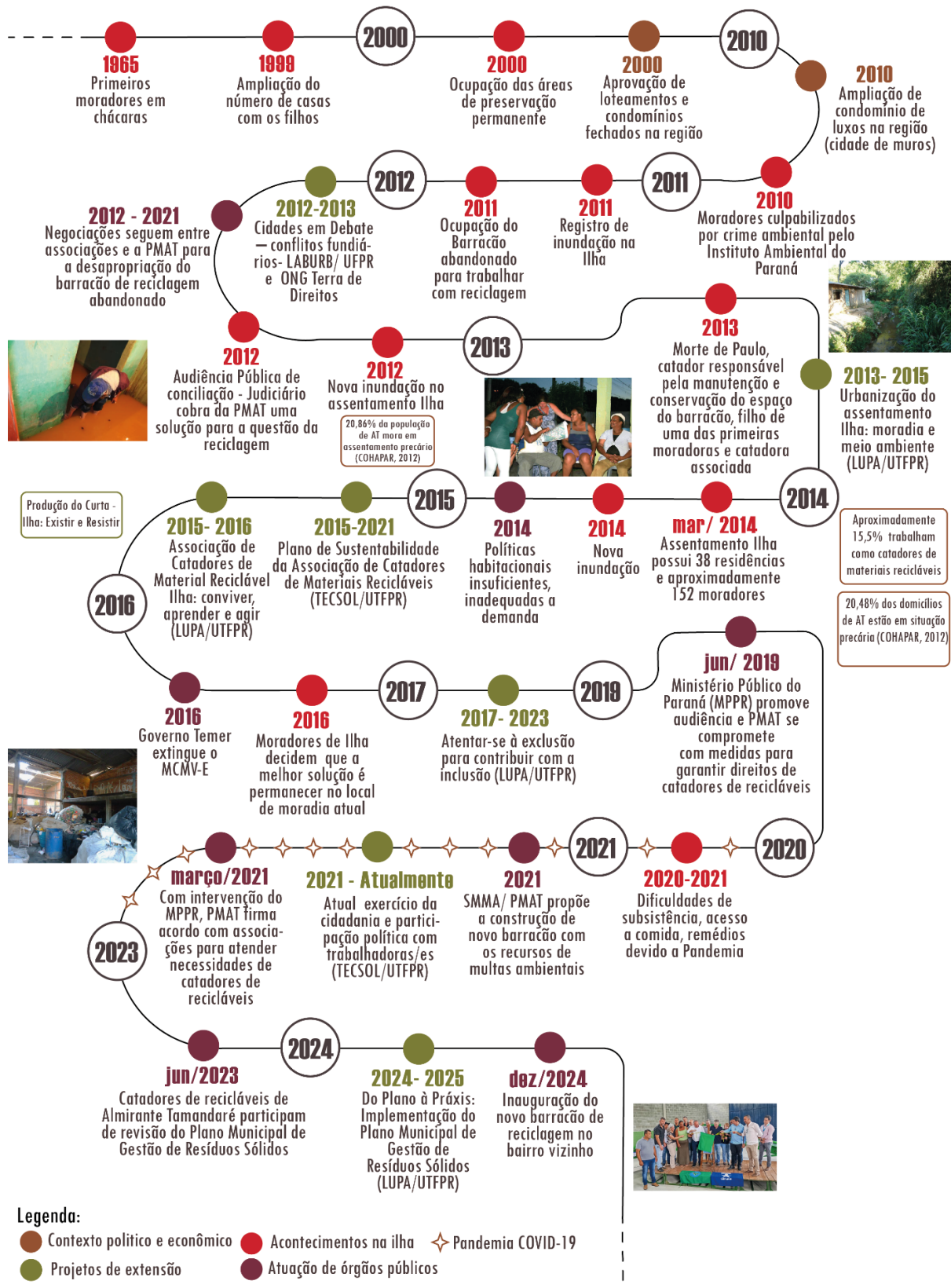


Figura 2
 Linha de tempo de eventos em Almirante Tamandaré/Região Metropolitana de Curitiba
 Fonte: Autoras, 2026.

O caso do C-POP/UFRN

O trabalho do Coletivo Habitat Popular (C-POP) tem se centrado, dentre outras ações, na assessoria técnica para o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), que será tratada aqui.

O C-POP é um projeto de extensão, vinculado ao Departamento de Arquitetura (DARQ) da UFRN, e foi criado em 2024, no momento de inserção da curricularização da extensão no novo Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (PPC-A6) da UFRN. A intenção era institucionalizar o trabalho de assessoria que o grupo já desenvolvia antes. Algumas atividades tem sido desenvolvidas em disciplinas extensionistas, ou em trabalhos de alunos, mas esses tem tempos limite para acontecerem. O projeto de extensão, por outro lado, tem uma perenidade que permite uma continuidade dos trabalhos desenvolvidos. O que não é possível ser finalizado durante uma disciplina, ou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por exemplo, é trabalhado no projeto de extensão.

A aproximação deste grupo com o MLB aconteceu em 2020 (antes de sua institucionalização na UFRN), durante a pandemia de COVID-19. Enquanto era tempo de ficar em casa, de isolamento social, muitas famílias não conseguiam atender essas recomendações. Então, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), junto com vários parceiros, dentre eles um grupo da UFRN, elaborou o "Dossiê Nacional - O Enfrentamento da COVID-19 nos Territórios Populares: Monitoramento de Violações de Direitos Humanos na Região Metropolitana de Natal" (Clementino et al., 2020). Um dos grupos monitorados foi o MLB.

Desde então, o grupo tem acompanhado o movimento e prestado assessoria técnica para suas ocupações, a partir da extensão. E é a partir daí que a reflexão sobre as questões do tempo se colocam.

O tempo real do encontro era de uma pandemia. Inicialmente a aceleração do mundo diminuiu o ritmo. A maioria das pessoas estava em casa, mas para muitas outras a realidade era diferente. O MLB, então, promoveu a Ocupação Emmanuel Bezerra, em Natal, e começou, a partir disto, uma emergência pela resolução da situação das famílias. A UFRN, via Secretaria do Patrimônio da União (SPU), entrou com um pedido de reintegração de posse. Mas a universidade estava em outro tempo, com suspensão de todas as atividades presenciais, e as atividades extensionistas

suspensas. O movimento, entretanto, esperava a assistência técnica dos grupos da universidade.

Enquanto as famílias esperavam, começou uma mesa de negociação sob mediação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): SPU, Governo do Estado do RN, Prefeitura do Natal, MLB, assessorias técnicas universitárias e mandatos legislativos parceiros do movimento.

Como resultado da negociação, as famílias foram encaminhadas para a lista do Programa Habitacional Promoradia do Governo do Estado, com recursos federais, para a construção de um conjunto habitacional, num tempo próximo, no tempo da política pública. Enquanto esperavam, as famílias ficariam em um imóvel alugado pela Prefeitura, um galpão de armazenamento de produtos, localizado próximo ao prédio da UFRN.

As famílias foram realocadas para o novo prédio, mas as condições climáticas eram bastante desfavoráveis. O galpão não foi projetado para ser moradia, e os barracos foram improvisados pelos próprios moradores, incluindo as instalações. O grupo extensionista (na época intitulado como Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - EMAU Maré) foi chamado para ajudar a amenizar as condições de temperatura. Foram feitas propostas de adequação do galpão para amenizar o calor, mas essas não foram executadas, pois o proprietário não quis arcar com as despesas e o movimento não tinha recursos. Além do calor, sempre que chovia muito, devido a problemas no sistema de drenagem da vizinhança, as águas pluviais alagavam o galpão, e, mais de uma vez, as famílias perderam todos os seus pertences.

Em janeiro de 2024, o MLB fez uma nova Ocupação Emmanuel Bezerra, em um outro edifício, dessa vez um imóvel que tinha problemas de propriedade. Este grupo foi chamado e fez uma proposta para melhor distribuição dos barracos no imóvel. Foi feita uma nova negociação com a Prefeitura e Governo do Estado. O tempo da política pública do Promoradia se estendia, pois o Governo Federal havia suspenso o programa e as famílias não conseguiam mais aguardar naquele galpão.

A partir de um novo acordo, as famílias foram realocadas, com o acompanhamento do grupo extensionista, para um prédio de propriedade do Governo do Estado. A Prefeitura não quis mais se responsabilizar pelo cuidado com as famílias. O prédio era utilizado por um órgão da Polícia, e estava vazio há muitos anos. Sua infraestrutura é boa, contém várias salas que estão

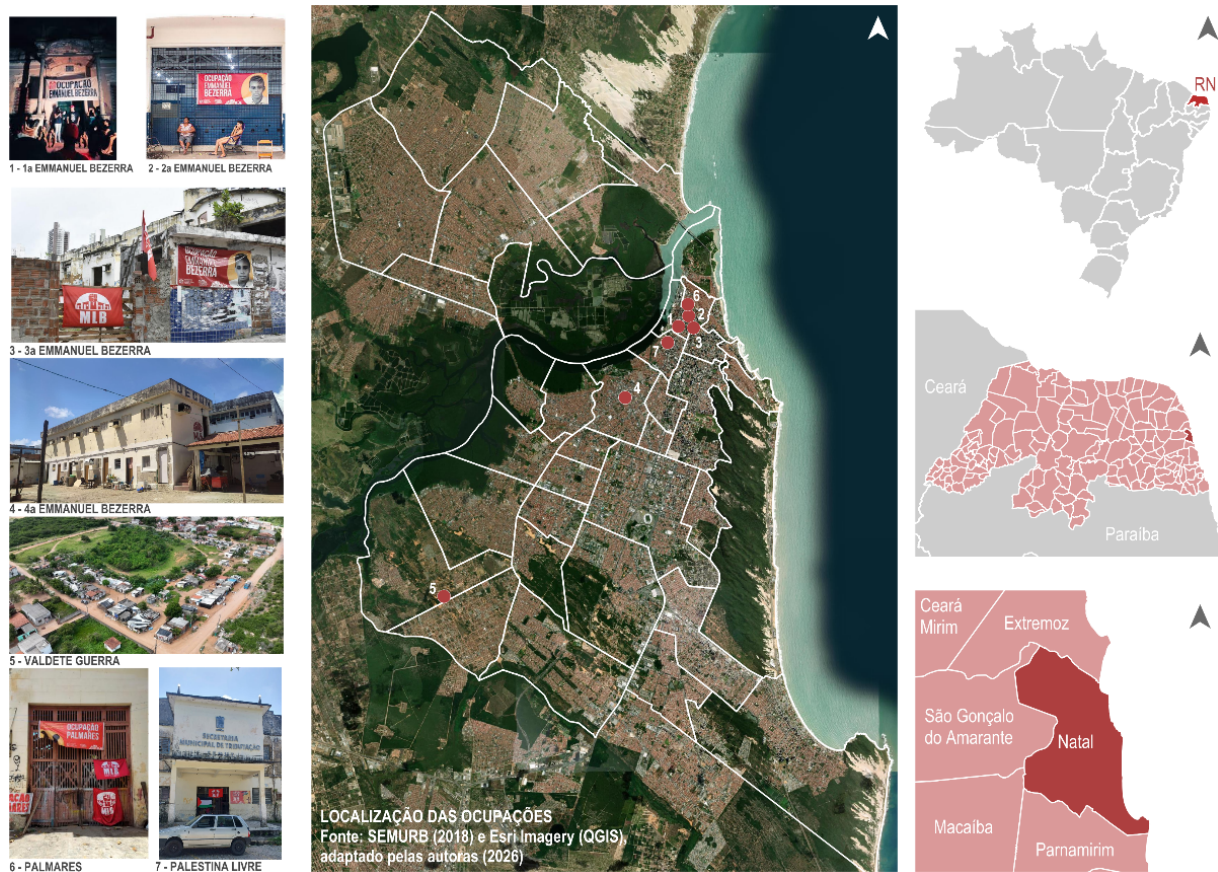


Figura 3
Espacialização das Ocupações do MLB em Natal. Fonte: Autoras, 2026.

sendo utilizadas como quartos/casas pelas famílias, e tem banheiros com boas instalações. Além disso, não sofre com as intempéries do tempo. Até hoje, as famílias esperam pelo conjunto habitacional do Promorar, e permanecem no edifício cedido temporariamente pelo Governo do Estado. Um tempo que se estende mais do que o previsto.

Após essa primeira Ocupação, durante a pandemia, aconteceram outras que também temos acompanhado via C-POP. O MLB constituiu a Ocupação Valdete Guerra, localizada no bairro Guarapes, na periferia oeste da cidade. Essa ocupação, por sua localização, não foi questionada até hoje. Para essa, foi ofertada por esta professora uma disciplina optativa extensionista, que desenvolveu um plano de ocupação para o terreno e um embrião para as casas. O trabalho não coube na disciplina e está sendo desenvolvido pelo C-POP e por um TCC de uma aluna do projeto de extensão. Além dessa, o MLB ainda organizou mais duas ocupações na área central da cidade: a Ocupação Palmares e a Ocupação Palestina Livre, mais recente. Essas duas

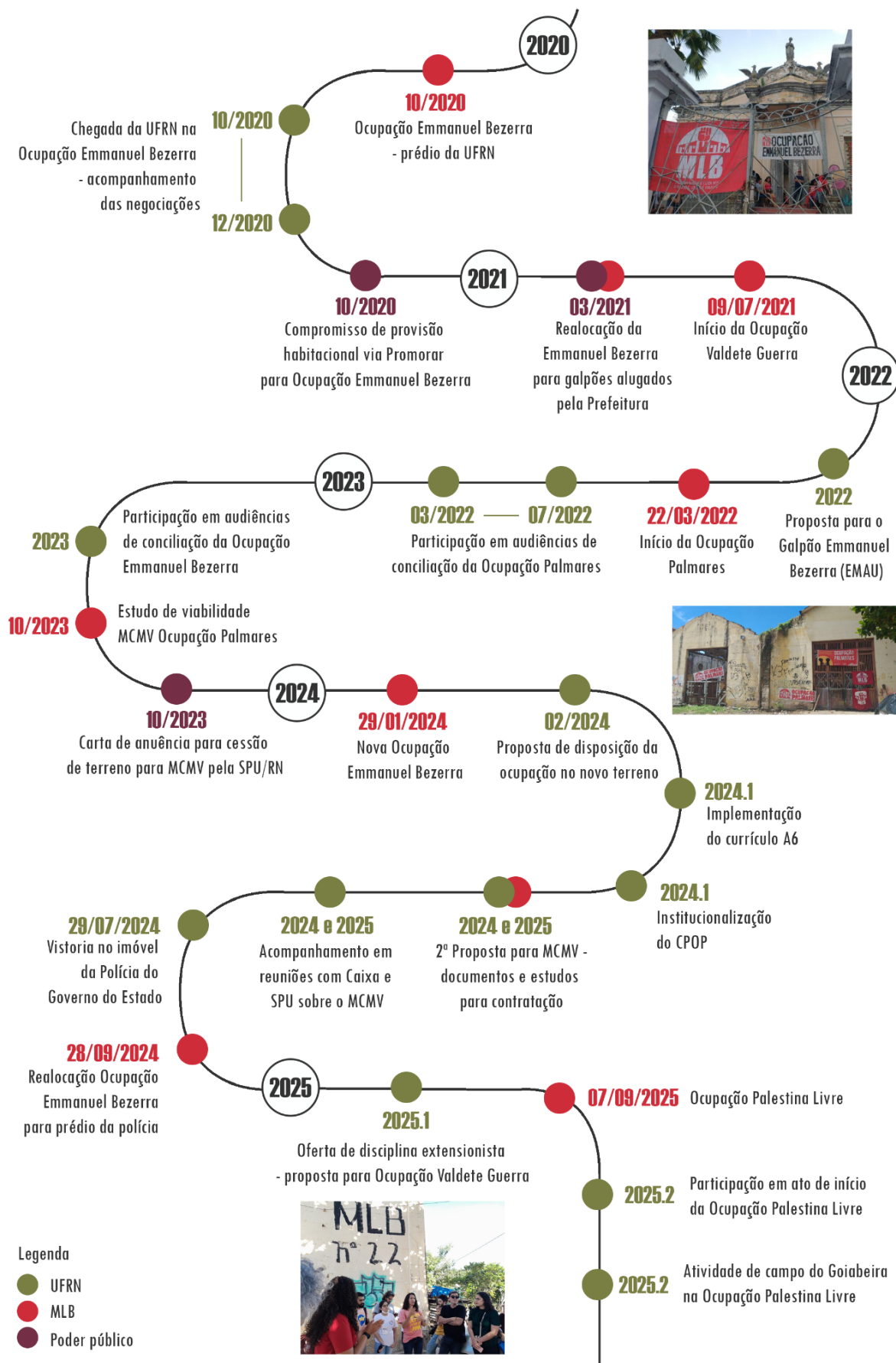


Figura 4
 Linha do tempo de eventos em Natal/RN. Fonte: Autoras, 2026.

tiveram pedido de reintegração de posse imediatos, mas que não foram executados e as famílias permanecem nos locais, até hoje (Figura 3).

A linha do tempo (Figura 4) apresentada a seguir ilustra os encontros e desencontros dos eventos no tempo: o tempo das urgências do movimento, o tempo da universidade, o tempo lento das políticas-públicas e o tempo das respostas possíveis.

Durante todo esse período, o grupo etensionista que assessora o MLB, em relação à assistência técnica arquitetônica-urbanística, mudou bastante. Parte dos alunos se formou, mas desses há colaboradores arquitetos-urbanistas que continuam no projeto e que se colocam como assessores técnicos populares. Parte deixou o projeto de extensão quando completou as horas complementares. Alguns alunos contribuíram somente durante a disciplina ofertada. Mas a coordenadora do projeto, com os assessores técnicos populares mantém o compromisso do trabalho com o movimento e sempre novos alunos interessados. Dessa assessoria, resultaram TCCs, mestrados, relatórios de Iniciação Científica (IC), artigos para eventos e periódicos, dentre outros trabalhos.

5. Diversidade de tempos: encontros e desencontros

Diante dessa variedade das dimensões de tempo, e como elas se colocam para cada um dos agentes envolvidos no planejamento dos territórios populares em situação de conflito, percebemos encontros e desencontros que, por vezes, alteram/definem as metodologias e ferramentas utilizadas nas ações depreendidas.

As comunidades e os movimentos populares vivenciam um tempo marcado pelas urgências da reprodução da vida cotidiana, ao mesmo tempo em que seus territórios são continuamente atravessados pelos tempos da ação estatal, dos processos administrativos e dos interesses de diferentes agentes que disputam o espaço urbano. Enquanto o planejamento institucional tende a operar por meio de procedimentos formais, etapas sucessivas e prazos definidos, a vida cotidiana nos territórios exige respostas imediatas diante de ameaças concretas, como remoções, precariedade habitacional, riscos ambientais ou ausência de infraestrutura. As emergências passam a ser definidoras das ações e precisam de respostas rápidas, e por vezes são alteradas ao curso dos eventos. Caminhos e soluções que atenderiam às necessidades e anseios da população, quando em situações de conflito, passam a ser um

solucionador de problemas do agora. Planejar o futuro a longo prazo muitas vezes não é uma opção para as comunidades e movimentos populares ameaçados de remoção, ou que sofrem com as intempéries do clima, por exemplo.

A universidade, por outro lado, em especial com a curricularização da extensão e as disciplinas extensionistas, tem um tempo mais lento, que se relaciona com o tempo acadêmico, do professor, do aluno, do calendário universitário, que contém fins de semana, feriados e férias. Que encerra um cronograma de atividades quando se encerra o semestre letivo. Que precisa de um planejamento para acontecer, que independe de imprevistos. É difícil dar continuidade às atividades, quando finda um semestre letivo e recomeça outro, com novos alunos e o recomeço dos conteúdos teóricos. Os projetos de extensão passam a ser fundamentais para que a perenidade das atividades. Assim, por vezes, o que a universidade consegue é dar respostas possíveis para problemas complexos (Ferreira, 2024). As urgências e mudanças de prioridades do planejamento conflitual, por vezes não cabem no encaminhamento de uma disciplina acadêmica.

Além dessas questões universitárias apresentadas, há a falta de financiamento e/ou apoio institucional, para que as atividades sejam desenvolvidas. Isso impacta diretamente no tipo de ferramenta a ser utilizada: um plano popular, um estudo de viabilidade, estudos mais aprofundados, projetos completos etc. E o tempo dos editais muitas vezes não é o tempo das urgências das comunidades e movimentos. Os alunos não são remunerados e precisam de outras opções para isso; então, não conseguem ter o tempo de dedicação necessário para o desenvolvimento das atividades.

Mas, quando tudo isso se encaixa, e a universidade consegue encontrar o tempo das comunidades e movimentos, quando as propostas conseguem ser desenvolvidas e o planejamento abarca o futuro, as políticas públicas e respostas do Estado não chegam no tempo necessário. No caso do MLB, em Natal, até hoje se aguarda, sem resultado final, uma definição para as famílias incluídas no Programa Promorar, que nunca saiu das ideias. Na Ilha, não houve solução para as moradias em Área de Preservação Permanente.

Destaca-se, então, a dimensão do devir. Parte importante do trabalho extensionista tem sido colaborar com a mobilização, com o pensar em outros futuros possíveis, diferentes. Não somente resolver/solucionar problemas presentes, mas sonhar com um futuro melhor.

Considerações finais

Diante de tantos desencontros é possível coincidir os tempos, os ritmos e os eventos, em especial nessa reflexão, das atividades extensionistas, dos movimentos e comunidades e do planejamento em situação de conflito?

Embora em *Os Nuer* o autor analise uma sociedade pastoril africana, sua reflexão contribui para desmistificar a concepção de tempo predominante na sociedade capitalista. Na obra, o tempo não é organizado pela linearidade nem pela precisão matemática do relógio ocidental; sua mensuração está associada aos ritmos das atividades sociais e dos ciclos naturais, dispensando unidades abstratas e fragmentadas de tempo. Essa perspectiva auxilia a compreender as experiências aqui analisadas como espaços de ressignificação da experiência temporal: um tempo de “engorda” e de plantio simbólico, no qual a espera por políticas públicas é preenchida pela autogestão da vida cotidiana e pelos ritmos construídos coletivamente pelos grupos organizados, em contraste com o tempo burocrático do Estado. Analisar os ciclos, fluxos e cadências temporais associados ao espaço é fundamental para compreender como a complexidade das ações sociais é também produzida e condicionada pelo tempo, expresso em mandatos, gestões, calendários institucionais, normativas e mecanismos de controle. Nessa perspectiva, o tempo deve ser entendido como uma construção social e política, capaz tanto de reproduzir formas de dominação quanto de constituir uma estratégia de resistência e mobilização coletiva. Esse caráter ambivalente torna-se evidente nas experiências analisadas, nas quais as temporalidades das lutas sociais se confrontam com os ritmos mais lentos e burocráticos das instituições públicas. As demandas dos movimentos, muitas vezes atendidas parcialmente ou mantidas em suspensão por longos períodos, revelam como o tempo pode operar simultaneamente como instrumento de poder e como recurso de resistência, organização e reivindicação.

A dimensão da vida cotidiana não permite que os grupos assessorados desanimem, pois dependem disso para sua existência, para sua permanência nos locais onde construíram suas vidas. Entretanto, as emergências, os tempos dos ciclos políticos e os interesses privados os deixam em tensão e risco permanente, em alerta, e sob a necessidade de estar sempre resistindo ao presente e planejando o amanhã. Essa resistência é histórica, e abarca a dimensão das narrativas e da memória. A produção das linhas do tempo reforça

a representação e reflexão sobre a trajetória de luta dos sujeitos envolvidos, dos avanços e retrocessos. Os encontros e desencontros presentes. Valoriza os sentidos socialmente construídos, os marcos identificados, oferecendo reconhecimento e concretude das ações sociais. A luta não é só pela permanência no local, mas pela manutenção da memória de grupos que estão ameaçados de apagamento da história, das narrativas oficiais e hegemônicas. E ainda existem as pressões para acesso às políticas públicas. Em cada uma delas o tempo exerce um papel diferente, bem como se diferem também as atividades das assessorias técnicas.

A atividade extensionista da assessoria técnica para o planejamento conflitual é, então, um posicionamento político, tanto dentro, quanto fora da universidade. Dentro, porque disputamos espaços e recursos com projetos que entendem a extensão como qualquer atividade fora de seus muros, ou atividades assistencialistas. Fora, por se colocar do lado daqueles que resistem às forças do capital, da produção da cidade (e do campo) capitalistas, onde prevalecem interesses de grande grupos (com maior mobilidade) sobre interesses de pequenas comunidades.

Mantendo o pé no chão e a mente nas utopias, é possível planejar com consciência das condições reais, das limitações, sem uma postura ingênua, mas também sem perder as utopias, imaginando possibilidades para além do que já existe no hoje.

A forma como se interpreta o tempo tem grande influência nas respostas, nos métodos, nas cartografias, independentemente da situação experienciada. A aceitação do ritmo cronológico, que comprime espaço/tempo, ou dos múltiplos calendários, pode aniquilar as potencialidades da ação social. Desnaturalizar o tempo, acolher a partir de outra lógica, no tempo dos Nuer, um tempo que é prático, relacional e situado, pode ser um caminho indicativo para mudanças.

As experiências reforçam a importância da dimensão do devir, do sonhar e planejar futuros diferentes. Nestes estão as sementes da mobilização, da história, da memória, dos precedentes e da resistência das lutas diárias. Esperançar, não no sentido de esperar que o tempo resolva os problemas do presente, mas no sentido de contribuir para um tempo futuro, a partir das lutas contínuas, melhores caminhos e condições de vida.

Referências

ALMEIDA, M. A. *Ocupações urbanas, planejamento conflitual e territorialidade*. 2025. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/67b20dfc-0bdc-4e46-b4e9-f3a61b5568bd>

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. *Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei no 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.

CLEMENTINO, M. L. M.; BRASIL, A. B.; SILVA, B. C. N.; MELO, C. M. O.; SILVA, D. A. L.; LEÔNCIO, E. M. C. G.; SILVA, G. R.; QUEIROZ, J. V. R.; ARAÚJO, J. B.; MELO, K. S.; ALMEIDA, L. S. B.; BENTES SOBRINHA, M. D. P.; OLIVEIRA, O. F.; SILVEIRA, R. M. C.; SILVA, R. M.; CÂMARA, R. L. M.; FINATTI, R.; ATAÍDE, R. M. C.; SILVA, S. T. L.; ANDRADE, S. A.; MEDEIROS, S. R. F. Q.; CAVALCANTE, S. M. O. L.; PESSOA, Z. S. *O enfrentamento da Covid-19 nos territórios populares: monitoramento de violações de direitos humanos na Região Metropolitana de Natal*. Observatório das Metrópoles, Núcleo RM Natal, UFRN, Natal, RN, jul. 2020. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Dossi%3%AA-N%3%BAcleo-Natal_An%3%A1lise-Local_Julho-2020.pdf.

FARIA, R. POLLI, S. GUSSO, R. Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba: metodologia e categorias de análise. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, p. 1-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202035pt>.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. Tradução de Ana M. Goldberger Coelho. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FERREIRA, L. *Assessoria técnica para a moradia popular. Respostas possíveis para problemas complexos*. 2024. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tdc-17122024-133447/publico/TELaraIsaCostaFerreira_Rev.pdf.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURIAN L.; INCH, A. On time and planning: opening futures by cultivating a "sense of now". *Journal of Planning Literature*, v. 34, n. 3, p. 267-285, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0885412218817775>.

LEMOS, C. F.; BEATRICE, C.; CARVALHO, M. L.; BEATRIZ, M. Z.; POLLI, S. A.; BEZERRA, S. M. C. *Moradia e meio ambiente: extensão universitária e compromisso social*. — Curitiba: Ed. UTFPR, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1595/7/moradiameioambiente.pdf>.

LEFEBVRE, H. *Elementos de ritmanálise: introdução ao conhecimento dos ritmos*. Tradução de Marcelo Roux. São Paulo: Consequência, 2021.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MINAYO, M. C. DE S. *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. In: "*Planning Theory*", V. 8, p.32-50; SAGE Publications, 2009.

OLIVEIRA, F. et al. Planejamento popular em contexto de conflito: panorama da experiência brasileira In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XXI, 2025, Curitiba. **Anais**. Curitiba: ed. Realiza, 2025. p. 1-22.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004b.

SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar*. Novos Estudos CEBRAP, n. 3, 1973.

TANAKA, G. *PLANEJAR PARA LUTAR E LUTAR PARA PLANEJAR: Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo*. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Tanaka-Giselle.-Planejar-para-lutar-e-Lutar-para-planejar..pdf>.

TANAKA, G., COLI, L. R., & COSTA, C. R. P. da S. (2023). Mobilizações Populares para o Direito à Cidade no Rio de Janeiro: mulheres em busca de caminhos (im)possíveis. *Arq. Urb*, (38), p. 98–110. DOI: <https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi38.699>.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Temporalidades suprimidas: desmonte urbano e reconstrução virtual como dispositivo de memória no Morro de Santo Antônio

Julio de Oliveira Milhm e Rodrigo Cury Paraizo

Julio de Oliveira MILHM 

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro; FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; LAURD - Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital; juliomilhm@gmail.com

Rodrigo Cury PARAIZO 

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro; FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; LAURD - Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital; rparaizo@fau.ufrj.br

MILHM, Julio de Oliveira; PARAIZO, Rodrigo Cury. Temporalidades suprimidas: desmonte urbano e reconstrução virtual como dispositivo de memória no Morro de Santo Antônio. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, e 681, jun. 2026

data de submissão: 20/04/2026

data de aceite: 15/06/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.681

Contribuição de autoria: Concepção; Análise; Metodologia: MILHM, J. O.; PARAIZO, R. C. Curadoria de dados; Coleta de dados; Software; Redação – rascunho original: MILHM, J. O. Supervisão; Redação - revisão e edição: PARAIZO, R. C.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Edital 08/2024 Programa CAPES/COFECUB: "Temporalidades cruzadas : história, projetos, práticas sociais na cidade contemporânea" Processo nº 88881.987471/2024-01.

Uso de I.A.: Os autores certificam que não houve uso de inteligência artificial na elaboração do texto.

Editores responsáveis: Isis Pitanga, Carolina Pescatori e Rodrigo Scheeren.



Resumo

Os desmontes do Morro de Santo Antônio, no centro do Rio de Janeiro, constituem uma operação que não apenas remove matéria, mas suprime temporalidades urbanas — camadas históricas e simbólicas depositadas na paisagem ao longo de séculos. Lido como ato de política temporal, o desmonte é compreendido a partir de um quadro teórico que articula a noção de regimes de historicidade e presentismo, a tensão entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, a crítica filosófica à destemporalização contemporânea, a legibilidade urbana como condição de orientação e memória coletiva, e as ambiguidades da preservação patrimonial seletiva. Sob essas lentes, o gesto de demolir um morro não é apenas uma decisão de engenharia: é uma intervenção sobre o tempo da cidade, que colapsa o passado para liberar o presente de suas obrigações de memória. Em resposta a esse apagamento, apresenta-se um modelo geométrico-expográfico do morro desenvolvido no motor de jogos *Unreal Engine*, estruturado como museu virtual imersivo no qual curadoria, narrativa histórica e espacialidade digital se articulam de forma integrada, com rigor documental e transparência interpretativa. A reconstrução digital, quando fundada em escolhas metodológicas explicitadas, opera menos como restituição e mais como contranarrativa — um dispositivo crítico capaz de reinscrever no espaço urbano as temporalidades que lhe foram subtraídas.

Palavras-chave: Morro de Santo Antônio, desmonte urbano, temporalidades, reconstrução virtual, patrimônio digital.

Abstract

The dismantlings of Morro de Santo Antônio, in downtown Rio de Janeiro, constitute an operation that not only removes matter but suppresses urban temporalities — historical and symbolic layers deposited in the landscape over centuries. Read as an act of temporal politics, the dismantling is examined through a theoretical framework that articulates the notion of regimes of historicity and presentism, the tension between space of experience and horizon of expectation, the philosophical critique of contemporary detemporalization, urban legibility as a condition of collective orientation and memory, and the ambiguities of selective heritage preservation. Under these lenses, the demolition of a hill is not merely an engineering decision: it is an intervention on the city's time, collapsing the past to free the present from its obligations to memory. In response to this erasure, a geometric-expographic model of the hill developed in the Unreal Engine game engine is presented, structured as an immersive virtual museum in which curation, historical narrative, and digital spatiality are integrated, with documentary rigor and interpretive transparency. Digital reconstruction, when based on explicit methodological choices, operates less as restitution and more as counter-narrative — a critical device capable of reinscribing in urban space the temporalities that have been subtracted from it.

Keywords: Morro de Santo Antônio, urban dismantling, temporalities, virtual reconstruction, digital heritage.

Resumen

Los desmontes del Morro de Santo Antônio, en el centro de Río de Janeiro, constituyen una operación que no solo remueve la materia, sino que suprime temporalidades urbanas — capas históricas y simbólicas depositadas en el paisaje a lo largo de siglos. Leído como acto de política temporal, el desmonte es examinado a partir de un marco teórico que articula la noción de regímenes de historicidad y presentismo, la tensión entre espacio de experiencia y horizonte de expectativa, la crítica filosófica a la destemporalización contemporánea, la legibilidad urbana como condición de orientación y memoria colectiva, y las ambigüedades

de la preservación patrimonial selectiva. Bajo estas perspectivas, la demolición de un cerro no es solo una decisión de ingeniería: es una intervención sobre el tiempo de la ciudad, que colapsa el pasado para liberar el presente de sus obligaciones de memoria. En respuesta a ese borramiento, se presenta un modelo geométrico-expográfico del morro desarrollado en el motor de juegos Unreal Engine, estructurado como museo virtual inmersivo en el que curaduría, narrativa histórica y espacialidad digital se articulan de forma integrada, con rigor documental y transparencia interpretativa. La reconstrucción digital, cuando se fundamenta en elecciones metodológicas explicitadas, opera menos como restitución y más como contranarrativa — un dispositivo crítico capaz de reinscribir en el espacio urbano las temporalidades que le han sido sustraídas.

Palabras-clave: Morro de Santo Antônio, desmonte urbano, temporalidades, reconstrucción virtual, patrimonio digital.

Introdução

No centro do Rio de Janeiro, próximo ao Largo da Carioca, a Esplanada de Santo Antônio marca o lugar de um morro que deixou de existir. O Morro de Santo Antônio, uma das elevações fundadoras da cidade colonial, foi progressivamente desmontado ao longo do século XX em operações sucessivas que redefiniram a topografia, o traçado e a memória do centro da cidade. Restou dele uma pequena área no Convento de Santo Antônio, conjunto arquitetônico tombado em 1938 pelo então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), atual IPHAN.

O que se perdeu, contudo, não foi apenas um acidente topográfico. O desmonte operou uma subtração de natureza simultaneamente material, simbólica e temporal: removeu estratos geológicos, reorganizou traçados urbanos, desmanchou redes de vizinhança e, com tudo isso, desfez um regime de leitura da cidade construído ao longo de séculos. Aquilo que servia de referência visual, de marco memorial e de suporte para narrativas urbanas passou a existir apenas como ausência. Essa ausência não é neutra: é o resultado de escolhas políticas que inscreveram a cidade em um determinado regime de historicidade, priorizando o presente sobre a profundidade do tempo acumulado.

O desmonte do Morro de Santo Antônio pode ser lido, portanto, não como episódio isolado de reforma urbana, mas como expressão de um fenômeno mais amplo: a supressão de temporalidades urbanas em nome do progresso e da circulação. Um gesto que não apenas transforma o espaço, mas intervém no tempo da

cidade, apagando as camadas que permitiam ao habitante situar-se entre um passado reconhecível e um futuro imaginável.

Como resposta a esse apagamento, propõe-se a reconstrução virtual não apenas como ferramenta de representação, mas como dispositivo de mediação temporal. O instrumento concreto dessa proposição é um modelo geométrico-expográfico do Morro de Santo Antônio, desenvolvido no motor de jogos *Unreal Engine* no âmbito de pesquisa de mestrado. O modelo organiza-se em três tipos de espaços sequenciais: uma etapa expositiva, na qual o visitante percorre os pátios do Convento de Santo Antônio — único elemento físico remanescente do morro — organizados como seções de um museu virtual que apresentam a história do lugar desde o século XVII até os grandes desmontes do século XX; uma etapa imersiva, composta por três ambientes tridimensionais navegáveis em primeira pessoa, correspondentes aos períodos de 1608, 1890 e 1920; e uma sala memorial dedicada ao período dos desmontes de 1960.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa estruturou-se em três frentes complementares: uma análise teórico-conceitual, um levantamento e interpretação de fontes documentais e o desenvolvimento de um modelo digital de caráter investigativo. A análise teórica mobiliza autores que tratam das temporalidades históricas e urbanas. O levantamento documental reúne fontes iconográficas, cartográficas e textuais relativas ao Morro de Santo Antônio, que fundamentam a reconstrução interpretativa do objeto. Por fim, o desenvolvimento do modelo geométrico-expográfico em ambiente digital traduz essas informações em uma experiência espacial navegável, entendida não apenas como representação, mas como instrumento de investigação e mediação da memória urbana.

Antecedentes da reconstrução virtual do patrimônio urbano no LAURD/PROURB

A pesquisa aqui apresentada se insere em uma tradição de investigações que articula história urbana e representação digital como instrumentos complementares de produção de conhecimento sobre a cidade. Situar o presente trabalho nessa tradição é reconhecer que as escolhas metodológicas aqui adotadas — a reconstrução tridimensional como dispositivo investigativo, a navegação como forma de mediação temporal, o rigor documental como fundamento da interpretação — foram gestadas e progressivamente refinadas

em pesquisas anteriores que alargaram o horizonte teórico e técnico do campo.

O ponto de partida dessa tradição é o *Rio Colonial* (KOS, 2001), hiperdocumento multimídia desenvolvido a partir de pesquisa CNPq sobre a evolução dos sistemas simbólicos das cidades latino-americanas. Naquele estudo pioneiro, um modelo digital do centro da cidade colonial foi construído com topografia complexa e edifícios significativos e utilizado como base narrativa de um aplicativo interativo. A experiência estabeleceu os fundamentos da abordagem que orienta esta pesquisa: o modelo digital não apenas ilustra, mas conduz o processo de investigação, espacializando informações e tornando visíveis relações que textos e mapas isolados não conseguem comunicar.

É nesse contexto que se deve ler a dissertação de Paraizo (2003), *A representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos: um estudo sobre o Palácio Monroe*. Tomando como objeto o Palácio Monroe, edifício demolido em 1976, o trabalho propõe que hiperdocumentos digitais constituem instrumentos privilegiados para a representação do patrimônio desaparecido. O argumento central é que a documentação digital não opera apenas como arquivo, mas como dispositivo de conservação de significado: ao articular registros iconográficos, cartográficos e textuais, o hiperdocumento preserva o patrimônio como rede de sentidos, mesmo quando o objeto físico já não existe.

A segunda referência estruturante é a tese de Vilas Boas (2007), *A Esplanada do Castelo: fragmentos de uma história urbana*. O trabalho investiga a conformação do grande vazio urbano deixado pela demolição do Morro do Castelo, ocorrida na década de 1920, articulando história urbana e gráfica digital como metodologia historiográfica. O Morro do Castelo e o Morro de Santo Antônio são casos análogos: elevações históricas do centro do Rio desmontadas ao longo do século XX. A tese demonstra que a modelagem digital, quando ancorada em documentação histórica rigorosa e organizada em recortes temporais sucessivos, produz inteligibilidade sobre processos que textos e mapas isolados não conseguem comunicar.

Leitão de Souza (2009), em *O Panorama: da representação pictórico-espacial às experiências digitais*, traça uma história da forma panorâmica desde as rotundas circulares do século XVIII até as experiências digitais contemporâneas, tendo como eixo a obra de Victor Meirelles, em especial *o Panorama da Cidade do Rio de Janeiro (1888-1889)*. O trabalho discute as

condições de imersividade como categoria de experiência visual e espacial, e como as tecnologias digitais reativam a promessa original do panorama: colocar o observador dentro da cena. Victor Meirelles aparece neste artigo como fonte iconográfica do Morro de Santo Antônio, e a discussão sobre imersividade como modo de conhecimento antecipa teoricamente a aposta do modelo em *Unreal Engine*.

O passo decisivo rumo ao modelo aqui apresentado é o simulador urbano *SIMRio* (VILAS BOAS, 2015). Desenvolvido entre 2012 e 2014, o *SIMRio* parte de modelos urbanos digitais acumulados desde os anos 1990 e os insere em motores gráficos de videogame — primeiro o *Unity*, depois o UDK (*Unreal Development Kit*) — para criar um ambiente no qual é possível visitar, em navegação em primeira pessoa e em tempo real, diferentes momentos da história da área central do Rio de Janeiro. O objeto central dos protótipos é precisamente o Largo da Carioca e o entorno do Morro de Santo Antônio nos anos de 1910 e 2000, parte do recorte espacial investigado na presente pesquisa. O que torna o *SIMRio* metodologicamente decisivo é a sua proposta central: não apenas representar o passado, mas permitir a transição temporal entre diferentes estados da cidade, alternando-a em tempo real dentro do mesmo ambiente de navegação. O presente trabalho pode ser entendido como um desdobramento, com base teórica aprofundada e recursos tecnológicos mais avançados, do programa que o *SIMRio* inaugurou.

Cabe mencionar também a dissertação de Bueno (2013), *Globos virtuais e cidade: leituras gráficas sobre a história do Morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro*. O trabalho examina as possibilidades e limitações da compatibilização de documentação gráfica histórica sobre o próprio Morro de Santo Antônio, plantas, projetos, iconografia, mapeando as margens de interpretação necessárias quando fontes distintas não se reconciliam plenamente. As dificuldades que ele documenta são os mesmos obstáculos que a presente pesquisa precisou enfrentar e explicitar.

Por fim, o trabalho sobre os pavilhões brasileiros em exposições universais (PARAIZO; MECHLER; GASPAR, 2017) e sua continuação em visita imersiva via *SimLab VR (Virtual Reality)* introduzem uma dimensão comparativa entre modalidades de mediação. A exposição em *AR (Augmented Reality)* de 2017, que permitia visualizar os pavilhões de Nova York (1939), Bruxelas (1958) e Osaka (1970) sobrepostos ao espaço físico, e a visita imersiva em VR de 2025 produzem

experiências estruturalmente distintas: a AR inscreve o passado sobre o presente sem apagar nenhum dos dois, enquanto o VR convoca o visitante a habitar inteiramente o espaço reconstruído. Essa distinção, caracterizada, respectivamente, como “presença fantasmática” e “reunião anacrônica”, ressoa com os princípios do modelo geométrico-expográfico do Morro de Santo Antônio: ao optar pela imersão total em vez de sobreposição, o modelo investe na capacidade da navegação imersiva de produzir não uma ilusão de presença, mas uma experiência de ausência qualificada.

Esse conjunto de antecedentes permite compreender o modelo aqui apresentado não como proposição isolada, mas como o desdobramento, em novo objeto e com novo arcabouço teórico, de uma tradição consolidada de investigações. O que o presente trabalho acrescenta a essa tradição é a articulação explícita entre o dispositivo técnico e o problema teórico das temporalidades: não apenas como representar o que se perdeu, mas por que a representação imersiva é, para esse problema específico, um instrumento crítico insubstituível.

O desmonte como política temporal

Os desmontes do Morro de Santo Antônio ocorreram ao longo de várias décadas, entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX, em fases sucessivas que acompanharam diferentes projetos de modernização do centro do Rio. O material extraído compôs os aterros que redesenharam a orla — entre eles o que veio a constituir o Parque do Flamengo, cuja faixa litorânea é, em parte substantiva, resultado do próprio material do morro desfeito (IPHAN, s/d). A cidade, assim, não apenas removeu um morro: transferiu-o. O que era elevação virou plano; o que era marco virou fundação invisível de outras paisagens.

É nesse deslocamento que se percebe a natureza temporal do gesto. O desmonte não é somente uma operação de engenharia; é uma operação sobre o tempo da cidade. Ao suprimir o morro, removeu-se um suporte físico sobre o qual se depositavam, em estratos, séculos de história urbana: o convento seiscentista, os relatos de viajantes, as vistas panorâmicas produzidas por fotógrafos como Augusto Malta, pintores como Victor Meirelles, as crônicas de João do Rio sobre a boemia e a cidade em transformação. Cada um desses elementos funcionava como inscrição temporal na paisagem. Ao remover o suporte, remove-se também, ou ao menos se obscurece, o regime de visibilidade dessas inscrições.

François Hartog (2013) oferece o instrumento conceitual mais preciso para nomear esse tipo de operação. Em sua reformulação da noção de regime de historicidade, Hartog sustenta que cada época ordena de modo distinto as categorias de passado, presente e futuro, de maneira que conforme domine, a ordem do tempo resultante não será evidentemente a mesma (HARTOG, 2013, p. 13). No prefácio à edição brasileira, Hartog descreve o regime contemporâneo, o presentismo, como horizonte dominante do tempo ocidental: um regime em que o presente absorve tanto o passado quanto o futuro, tornando-se a única categoria temporal operativa. Não se trata de afirmar que o presentismo seja uma forma absoluta nem que suprima completamente outras temporalidades; trata-se de reconhecê-lo como dominante e reorganizador das demais.

Lido nesse quadro, o desmonte do Morro de Santo Antônio aparece como gesto profundamente presentista. Ao suprimir o suporte físico sobre o qual se depositavam camadas históricas, a cidade não apenas modernizou sua circulação: ela aplanou sua temporalidade. Converteu aquilo que era profundidade histórica, com estratos sobrepostos de quatro séculos de ocupação, em extensão horizontal contemporânea: uma esplanada, uma avenida, um aterro. O que o presente ganhou em espaço, o passado perdeu em substância.

Reinhart Koselleck (2006) permite aprofundar essa leitura. Em seu ensaio sobre as categorias meta-históricas de experiência e expectativa, Koselleck define experiência como o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados (KOSELLECK, 2006, p. 309), presença do passado no hoje, estratificada, espacialmente organizada em camadas simultâneas. A expectativa, por sua vez, é definida como horizonte voltado para o futuro, para o ainda-não, linha móvel que se afasta à medida que nos aproximamos dela (KOSELLECK, 2006, p. 310). Koselleck é categórico ao afirmar que essas duas dimensões são interdependentes: não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 307).

A formulação se potencializa quando transposta para a cidade. Pode-se fazer uma leitura interpretativa de Koselleck, na qual a paisagem urbana funciona como espaço de experiência coletivo: um depósito material no qual acontecimentos passados foram incorporados e podem ser lembrados. Os morros, os largos, as igrejas, os traçados de rua não são apenas signos históricos; são suportes ativos da experiência urba-

na. Quando o desmonte remove um desses suportes, não remove apenas um volume: interrompe uma das linhas que conectam experiência e expectativa, comprometendo a capacidade da cidade de articular seu próprio tempo.

Byung-Chul Han (2016), por sua vez, oferece o pano de fundo filosófico que permite ler o gesto do desmonte para além de sua dimensão local. Em *O aroma do tempo*, Han argumenta que a crise temporal contemporânea não se reduz à aceleração, como supõem as teorias dominantes, mas remete a uma destemporalização (*Entzeitlichung*) mais radical: o tempo decompõe-se em uma sucessão de presentes pontuais que perde a sua tensão dialética (HAN, 2016, p. 19). Sem tensão dialética, sem o jogo entre um já-foi e um ainda-não, o tempo torna-se átomo, ponto, instante. A memória, condição dessa tensão, desfaz-se.

A aplicação de Han a um fenômeno urbano específico como o desmonte de um morro implica uma transposição interpretativa. Han escreve sobre a experiência filosófica do tempo, não sobre políticas urbanas. Mas sua tese oferece um quadro analítico pertinente: o desmonte do Morro de Santo Antônio, lido à luz dessa destemporalização, aparece como expressão urbana de um gesto mais amplo de esvaziamento do tempo histórico. Ao suprimir os suportes materiais da memória, a cidade contribui para o tempo de pontos explorado por Han, um tempo em que cada presente existe isolado, sem as referências que o ligariam a um antes e a um depois.

Legibilidade urbana e perda de referência

A dimensão perceptiva dessa perda pode ser descrita com precisão por meio dos conceitos desenvolvidos por Kevin Lynch. Em *A imagem da cidade*, Lynch define o design urbano como uma arte temporal (LYNCH, 1960, p. 11), cuja apreensão depende de sequências perceptivas que só se completam ao longo do tempo. A cidade, diferentemente de um objeto arquitetônico isolado, só se revela no percurso, na duração, no encadeamento sucessivo de imagens. Essa natureza temporal da cidade é inseparável de sua dimensão de preservação do passado: os marcos urbanos funcionam como âncoras que permitem ao habitante compor, em sua memória, uma imagem coerente do todo.

É nesse contexto que Lynch desenvolve o conceito de legibilidade, qualidade visual pela qual as partes de uma cidade podem ser reconhecidas e organizadas

numa estrutura coerente (LYNCH, 1960, p. 13). A cidade legível é aquela em que se consegue identificar, sem esforço excessivo, os elementos que a estruturam e a relação entre eles. Uma cidade ilegível, por contraste, é uma cidade em que o percurso se perde, em que os marcos se confundem, em que a memória coletiva não encontra mais onde se depositar.

O Morro de Santo Antônio, antes do desmonte, era um dos grandes marcos estruturadores do centro do Rio. Sua silhueta organizava vistas, orientava percursos, referenciava a cidade para quem chegava pelo mar. Com seu desaparecimento, perdeu-se não apenas a elevação topográfica, mas também a função de orientação e de memória que ela cumpria. A cidade contemporânea, nesse ponto, tornou-se menos legível: o lugar ainda existe no mapa, mas deixou de existir no imaginário como referência viva. O Convento de Santo Antônio, que resistiu ao desmonte, permanece sobre a pequena porção remanescente do morro, testemunha de uma topografia que foi apagada.



Figura 1
Morro de Santo Antônio na década de 1940, à esquerda, e Esplanada de Santo Antônio em 2020, à direita, com destaque para o Convento de Santo Antônio como importante permanência histórica na paisagem urbana do centro do Rio de Janeiro. Fonte: Autor, 2025.

A perda de legibilidade, portanto, não é apenas estética. Ela é, ao mesmo tempo, uma perda de experiência coletiva: sem o marco que ancora a memória, a cidade torna-se um presente sem profundidade, habitado por sujeitos que não conseguem mais situar-se no tempo a partir do espaço que percorrem.

A alegoria do patrimônio e as ambiguidades da preservação

Françoise Choay (2001) oferece, a partir de outra perspectiva, um quadro crítico para compreender o que significa a sobrevivência parcial do Convento em meio ao vazio deixado pelo morro. Em "A alegoria do

patrimônio”, Choay desenvolve a tese de que a relação contemporânea com o patrimônio histórico oscila entre a veneração e a espetacularização, entre o culto e a indústria. O patrimônio histórico, segundo ela, tornou-se uma das palavras-chave da tribo mediática (CHOAY, 2001, p. 11), remetendo simultaneamente a uma instituição e a uma mentalidade.

Mais adiante, Choay diagnostica aquilo que denomina síndrome patrimonial: a tendência contemporânea à inflação museológica, ao acúmulo indiscriminado, à museificação generalizada como compensação, talvez ilusória, da perda de referências estáveis (CHOAY, 2001, p. 247). O patrimônio, quando inflacionado, passa a funcionar menos como elo vivo com o passado e mais como espelho narcisista do presente: acumulamos o que já não sabemos habitar.

Essa leitura ilumina criticamente o caso do Morro de Santo Antônio. O convento foi preservado, tombado em 1938 pelo então SPHAN, atual IPHAN, como um dos primeiros bens nacionais inscritos nos Livros do Tombo (IPHAN, 1938). Mas essa preservação pontual ocorreu no mesmo momento histórico em que o morro que dava ao conjunto sua razão topográfica era progressivamente desmontado. O gesto patrimonial selecionou a parte e abandonou o todo. O resultado é um conjunto arquitetônico que sobrevive como fragmento, cercado pela ausência daquilo que lhe dava contexto, um patrimônio sem paisagem, um monumento sem morro.

Nesse descompasso, Choay encontra um de seus argumentos centrais: o patrimônio, tal como praticado contemporaneamente, tende a operar por recortes que isolam o objeto preservado de suas camadas relacionais, transformando-o em peça exibida mais do que em componente vivo do tecido urbano. O mesmo regime que justificou o desmonte do morro também orientou a lógica da preservação seletiva do convento. Em ambos os gestos, passado e presente foram tratados como instâncias separáveis, como se fosse possível conservar o fragmento sem a paisagem que lhe dava sentido.

A reconstrução virtual como contranarrativa

Diante dessa perda em múltiplas camadas — material, perceptiva, temporal e patrimonial — a reconstrução virtual se apresenta não como restituição, mas como possibilidade de contranarrativa. Mais do que reconstituir uma forma desaparecida, trata-se de tornar

sensível aquilo que o desmonte apagou: as camadas sobrepostas de tempo, as relações entre topografia e ocupação, e os modos de experiência que a cidade contemporânea já não oferece.

A utilização do termo “modelo geométrico-expográfico” procura estabelecer algumas diferenças da reconstrução tridimensional convencional. A dimensão geométrica refere-se à reconstituição espacial do morro a partir de fontes documentais — plantas, fotografias, cartografias, iconografias — tratadas não como ilustração, mas como base constitutiva da forma reconstruída, seguindo os mesmos princípios das reconstruções virtuais do patrimônio urbano. A dimensão expográfica, por sua vez, define a orientação de toda a experiência: o modelo é concebido para a visita virtual, não para a produção cinematográfica, o desenvolvimento de jogos ou a visualização estritamente fotorrealista, por exemplo. Essa distinção de finalidade se reflete no próprio método. Um modelo orientado para essa visita incentiva determinadas implementações e desencoraja outras. Permite, por exemplo, a inserção de peças anacrônicas ou explicativas que vão deliberadamente contra a reprodução fiel do espaço: por exemplo, painéis dispostos no espaço com plantas históricas, fotografias da época, trechos de crônicas. Se a finalidade fosse puramente perceptual, essa “quebra” seria um problema, comprometendo a sensação de imersão. Aqui, ela é uma escolha: o modelo

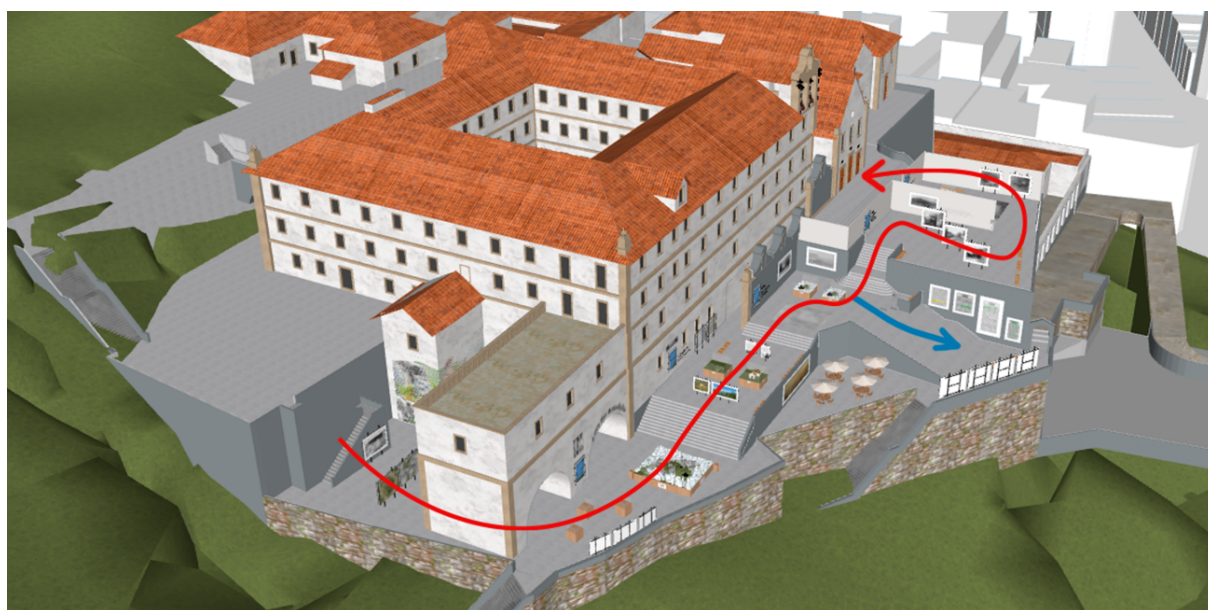


Figura 2
Diagrama esquemático dos trajetos possíveis de circulação do usuário, indicando em vermelho as seções temporais e, em azul, a possibilidade de visita à seção da imprensa. Ao final da rota principal, o percurso conduz às outras duas etapas do modelo. Fonte: Autor, 2025.

não pretende apagar a distância entre o visitante e o passado, mas torná-la produtiva, evidenciando, pela artificialidade do dispositivo, o próprio processo histórico da constituição do espaço representado.

O modelo geométrico-expográfico do Morro de Santo Antônio organiza-se em três tipos de espaços. O primeiro está marcado pela história geral do morro: o visitante percorre os pátios externos do Convento de Santo Antônio, único elemento físico remanescente do morro e testemunha viva de todo o processo de transformação morfológica do centro do Rio. Cada pátio corresponde a uma seção de um museu virtual, apresentando um período histórico específico. A sequência se inicia com um prelúdio que contextualiza as grandes operações de desmonte ocorridas no Rio de Janeiro — Morro do Senado, Morro do Castelo e Morro de Santo Antônio. Seguem-se as seções dedicadas à Ermida de Santo Antônio (1608), ao Observatório de Astronomia no topo do morro (1890), a uma galeria de imprensa reunindo recortes de jornais e revistas



Figura 3

Captura de tela do primeiro tipo de espaço da exposição virtual, correspondente à seção temporal de 1608, dedicada à Ermida de Santo Antônio. Ao fundo, observa-se a seção temporal subsequente, referente a 1890. Fonte: Autor, 2025.

da época, à favela do Morro de Santo Antônio (1920), ao primeiro grande desmonte (1930) e ao segundo grande desmonte (1960). Antes de visitar os espaços reconstituídos, o usuário conhece a sua história.

O segundo tipo visa, justamente, a imersão em diferentes partes do morro em períodos históricos específicos. O visitante tem acesso a três ambientes, correspondendo à Ermida no sopé do Morro, em 1608;



Figura 4
Os três ambientes representados, da esquerda para a direita: a Ermida de Santo Antônio (1608), o Observatório de Astronomia no topo do morro (1890) e a favela do Morro de Santo Antônio (1920).
Fonte: Autor, 2025.

ao Observatório de Astronomia, em 1890; à favela de Santo Antônio, em 1920. Cada ambiente é uma síntese espacial de múltiplas camadas de informação integradas: geometria interpretativa construída com base no método histórico-interpretativo e nos princípios de transparência documental da Carta de Londres (2009), plantas históricas, quando disponíveis, acessíveis ao visitante durante a navegação, fotografias e pinturas da época, textos extraídos de crônicas e registros literários, e ambiência sonora que reconstitui a atmosfera de cada período.

O terceiro tipo de espaço constitui-se em uma cenografia inteiramente nova, uma sala memorial correspondente ao último grande desmonte, do ano de 1960, que



Figura 5
Captura de tela da sala memorial de 1960, concebida como espaço final da exposição virtual sobre o Morro de Santo Antônio. Fonte: Autor, 2025.

contempla o histórico das transformações e funciona como encerramento crítico-reflexivo de toda a experiência, concebido para enunciar a ausência do morro.

A etapa expositiva nos pátios do Convento reconstrói, para o visitante, o espaço de experiência que o desmonte subtraiu da cidade: oferece as camadas históricas sem as quais nenhum horizonte de expectativa sobre aquele lugar é possível. A etapa imersiva vai além: ao habitar cada período em sua atmosfera específica, o visitante experimenta a tensão entre temporalidades que o presentismo desfez. A sala memorial de 1960 não reconstrói nenhum espaço — ela tematiza a ruptura. A ausência do morro torna-se ali elemento central da experiência, e o que o visitante percorre não é um cenário, mas o próprio apagamento: o lugar onde a cidade perdeu sua legibilidade histórica.

Essa organização responde a uma questão central da reconstrução digital: a impossibilidade de representar o passado como uma unidade estável e coerente. Ao segmentar a experiência em recortes temporais, o modelo reforça a legibilidade das transformações urbanas, permitindo que cada período seja apreendido em sua especificidade. Cada ambiente apresenta não apenas conteúdos documentais distintos, mas atmosferas próprias, construídas a partir das condições urbanas, sociais e simbólicas de cada momento.

A navegação em primeira pessoa desempenha papel fundamental nesse processo. Ao permitir que o visitante se desloque livremente pelos ambientes, a ex-



Figura 6
Captura de tela do espaço imersivo de 1890, evidenciando a navegação em primeira pessoa e a construção da experiência espacial por meio do percurso, da escala e da ambiência do entorno. Fonte: Autor, 2025.

períencia articula leitura documental e vivência espacial de forma simultânea. A compreensão histórica não se dá apenas pela observação de imagens ou textos, mas pela relação perceptiva com o espaço, pela escala, pela materialidade e pelo percurso. Nesse sentido, a reconstrução virtual opera como dispositivo de mediação entre conhecimento e experiência, deslocando a história de um plano exclusivamente narrativo para um campo experiencial.

Essa proposição dialoga com a literatura recente sobre *virtual archaeology* e reconstrução digital. Champion e Rahaman (2020) destacam que ambientes imersivos permitem ao visitante perceber o objeto ou espaço segundo a perspectiva do usuário, reinstalando a dimensão espacial da experiência histórica. No caso do Morro de Santo Antônio, essa estratégia ganha um sentido adicional: se o desmonte apagou o morro da experiência perceptiva da cidade, a navegação imersiva permite reabri-lo como campo de experiência, ainda que mediado e interpretativo.

A construção dos ambientes segue os princípios estabelecidos pela *London Charter for the Computer-Based Visualisation of Cultural Heritage* (2009), que orienta a explicitação das fontes, dos procedimentos interpretativos e dos graus de incerteza envolvidos na reconstrução. Fotografias históricas, cartografias, iconografias e relatos literários não são utilizados ape-



Figura 7
Comparativo entre fotografia histórica das construções da Favela de Santo Antônio e sua correspondente representação no modelo tridimensional. Fonte da fotografia histórica: Fundação Oswaldo Cruz; representação tridimensional: Autor, 2026.

nas como ilustração, mas como base constitutiva do modelo. Na ausência de registros completos, decisões interpretativas são assumidas como tal, evidenciando os limites da reconstituição e evitando a ilusão de precisão absoluta.

Essa condição torna-se particularmente evidente no ambiente de 1608, marcado pela escassez de registros iconográficos, e no recorte de 1890, cuja documentação técnica é fragmentária. Em ambos os casos, a reconstrução assume caráter hipotético e interpretativo, explicitando as lacunas documentais como parte da própria narrativa. Já o ambiente de 1920, mais bem documentado, permite uma construção mais densa e fragmentada, baseada na articulação de fotografias, crônicas e registros visuais, aproximando o visitante de uma experiência espacial mais complexa.

O último ambiente, correspondente ao período posterior ao desmonte, rompe deliberadamente com a lógica da reconstrução. Em vez de tentar representar a cidade resultante, opta-se por uma sala memorial, concebida como espaço de suspensão e reflexão. Nesse ambiente, o vazio não é apenas representado, mas tematizado: a ausência do morro torna-se elemento central da experiência. A materialidade, a iluminação e os elementos cenográficos são organizados de modo a evidenciar a ruptura temporal produzida pelo desmonte, transformando a perda em objeto de leitura crítica.

Nesse sentido, a reconstrução virtual não busca produzir uma ilusão de presença, mas uma evidência de



Figura 8
Perspectiva geral da sala memorial, organizada de modo a evocar a ausência material do morro demolido e seus desdobramentos, com destaque ao recorte da silhueta Parque do Flamengo. Fonte: Autor, 2025.

ausência qualificada. O modelo não afirma “aqui está o morro”, mas “aqui esteve o morro, e sem ele a cidade perdeu isto, isto e isto”. Funciona, portanto, como dispositivo crítico: um artefato digital que, apoiado em documentação rigorosa, reinscreve no espaço urbano as temporalidades suprimidas, não para negar o presente, mas para permitir pensá-lo a partir do que ele deixou fora.

É nesse ponto que a reconstrução virtual se afasta de uma leitura nostálgica. Não se trata de reconstruir o morro como ele foi, tarefa impossível, pois não há um “como ele foi” único. Trata-se de abrir no presente um espaço crítico para a experiência temporal do que se perdeu, configurando um contra-presente que, em vez de apagar, rememora.

Considerações finais

O desmonte do Morro de Santo Antônio não foi um acidente técnico nem uma mera reforma urbana. Foi um ato de política temporal: uma operação que, sob as justificativas do progresso e da circulação, suprimiu do espaço urbano camadas históricas e simbólicas construídas ao longo de quatro séculos, comprometendo a capacidade da cidade de articular seu próprio tempo. Um regime presentista que colapsa o passado para liberar o presente de suas obrigações de memória, que rompe a tensão entre experiência e expectativa, que transforma profundidade histórica em extensão horizontal, que apaga marcos e, com eles, a legibilidade do espaço urbano — e que, ao preservar seletivamente o fragmento sem o contexto, consolida a ilusão de que patrimonializar é suficiente.

A reconstrução virtual proposta não responde a esse diagnóstico com nostalgia nem com a pretensão de reversão. Responde com a única operação que o presente pode realizar sobre o passado sem falsificá-lo: torná-lo experimentável. O modelo geométrico-exposcópico do Morro de Santo Antônio não devolve o morro à cidade — abre no espaço digital um campo em que as temporalidades suprimidas podem ser percorridas, confrontadas e compreendidas. Ao articular múltiplos recortes históricos em ambientes imersivos navegáveis, ao integrar geometria, documentação, ambiência e narrativa em uma experiência coerente, ao explicitar as lacunas e as incertezas como parte constitutiva do próprio modelo, a reconstrução recusa a ilusão de totalidade e afirma seu caráter interpretativo.

Eis, talvez, a potência específica do modelo geométrico-exposcópico como instrumento de urbanismo e de

história: não a produção de uma segunda existência para o que se perdeu, mas a abertura, no presente, de um espaço em que o apagamento possa ser experimentado, analisado e criticado. Entre o morro que não existe mais e o vazio contemporâneo, o modelo digital insere uma terceira instância — não o morro, não o vazio, mas a experiência das temporalidades que articulam a passagem de um ao outro.

Referências

- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ). *Acervo fotográfico de Augusto Malta* (c. 1903–1936).
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Iconografia. *Fundo de fotografia histórica do Rio de Janeiro*.
- BUENO, Raul. *Globos virtuais e cidade: leituras gráficas sobre a história do Morro de Santo Antônio no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) — PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CARTA DE LONDRES. *The London Charter for the Computer-Based Visualisation of Cultural Heritage*. Versão 2.1, 2009. Disponível em: <https://www.londoncharter.org>. Acesso em: 20 abr. 2026.
- CHAMPION, E.; RAHAMAN, H. *Survey of 3D digital heritage repositories and platforms*. *Virtual Archaeology Review*, v. 11, n. 23, p. 1–15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4995/var.2020.13226>.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.
- HAN, B.-C. *O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andréa Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Convento e Igreja de Santo Antônio. Inscrição nº 33, Livro do Tombo Histórico. Processo 7-T-1938. Rio de Janeiro, 16 maio 1938.
- KÓS, José Ripper. *Modeling the City History*. In: 19th eCAADe Conference, Helsinque. Anais... Helsinque: eCAADe, 2001.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.
- LEITÃO DE SOUZA, Thiago. *O Panorama: da representação pictórico-espacial às experiências digitais*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) — PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Cambridge: MIT Press, 1960.

PARAIZO, Rodrigo Cury. *A representação do patrimônio urbano em hiperdocumentos: um estudo sobre o Palácio Monroe*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) — PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PARAIZO, Rodrigo Cury; MECHLER, Cintia; GASPAR, Gabriel Cordeiro. *Exposição de pavilhões brasileiros em realidade aumentada*. In: XXI Congresso Internacional de la Sociedad Iberoamericana de Gráfica Digital — SIGraDi 2017, Concepción. Anais... São Paulo: Blucher, 2017. p. 616-623. DOI: 10.5151/sigradi2017-095.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Organização de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VILAS BOAS, Naylor Barbosa. *A Esplanada do Castelo: fragmentos de uma história urbana*. Tese (Doutorado em Urbanismo) — PROURB/FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VILAS BOAS, Naylor Barbosa. *Simuladores urbanos digitais: representação e interação com a história das cidades*. In: XIX Congresso Internacional de la Sociedad Iberoamericana de Gráfica Digital — SIGraDi 2015, Florianópolis. Anais... São Paulo: Blucher, 2015. p. 308-315.